



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS



Vereador Folha

PROJETO DE LEI Nº 109, DE 4 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre a comercialização de raticidas e demais venenos no município de Palmas e dá outras providências.

Artigo 1º - Os estabelecimentos que comercializam raticidas e demais venenos de no município de Palmas ficam obrigados a manter um cadastro que permita a identificação dos compradores.

§1º - O cadastro deve ser mantido pelo estabelecimento pelo período de 1 ano a partir da data da compra.

§2º - O registro do comprador deve conter as seguintes informações: nome completo, RG, CPF e endereço.

Artigo 2º - O descumprimento ao disposto nesta Lei acarretará a imposição de multa entre 200 (duzentas) e 500 (quinhentas) vezes o valor das Unidades Financeiras Municipais - UFMs, a ser graduada de acordo com a gravidade da infração, o porte econômico do infrator, a conduta e o resultado produzido.

Artigo 3º - A fiscalização do cumprimento dos dispositivos constantes desta Lei e a aplicação da sanção ficarão a cargo dos órgãos competentes da Administração Pública.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 5º - O Poder Executivo expedirá os regulamentos necessários para a fiel execução desta lei.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Folha
Vereador de Palmas



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS



Vereador Folha

JUSTIFICATIVA

Conforme disposto no artigo 23 da Constituição Federal, "é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios preservar as florestas, a fauna e a flora". Ainda, o artigo 24 estabelece que "compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição", além de "responsabilidade por dano ao meio ambiente".

No mesmo sentido, o artigo 225 prescreve que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", a este incumbindo o dever de "proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade".

No mesmo sentido, o artigo 225 prescreve que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", a este incumbindo o dever de "proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade".

São comuns os casos de óbitos de animais domésticos vítimas de envenenamento, que não raramente ocorrem em massa e dizimam cães e gatos de um bairro inteiro. Uma maneira de dificultar esse tipo de delito seria por meio da imposição de maior controle na comercialização, estabelecendo-se a obrigatoriedade de identificação e cadastro dos compradores de veneno.



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS



Vereador Folha

É importante que exista um registro que possibilite a busca por possíveis autores de crimes de envenenamento.

Assim, trata-se de uma proposta que tem a finalidade de proporcionar mais segurança aos animais domésticos, dificultando a ocorrência de uma prática cruel contra espécies sob a tutela humana.

Folha
Vereador de Palmas